

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**  
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC**  
3 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 5º Andar Bloco 'C' -**  
4 **Palácio das Araucárias**  
5 **CEP 80530-915**  
6 **Curitiba - Paraná**



7  
8  
9 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CEAS/PR**  
10 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINARIA CEAS/PR 20/08/2014**  
11

12 Aos vinte dias do mês de agosto do ano de 2014 às 8h30mim , em primeira convocação no auditório da  
13 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, no 7º andar do Palácio das Araucárias,  
14 à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – Bairro Centro Cívico, em Curitiba-PR, fizeram-se presentes os  
15 Conselheiros que integram o **Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR**, convocados  
16 especialmente para três dias de reuniões, a saber:-**dia 18/08 – Capacitação aos novos Conselheiros**  
17 **da Sociedade Civil organizada, das 9h30mim às 17h00. - Dia 19 de agosto – Reunião das**  
18 **Comissões Permanentes – Dia 20 de agosto – Assembleia Ordinária.** A abertura da plenária deu-se  
19 através da fala da **Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez** que a todos saudou, já que a  
20 indicação da Presidência e Vice dar-se-ia no próximo momento conforme preconiza o Regimento Interno  
21 desse Colegiado. **\*Auto-Apresentação: Conselheiros Marta Maria dos Santos (Regional de**  
22 **Cascavel), Artur dos Santos Andrade (Nasa de Foz do Iguacu), Inês Roseli Tonello (APAE de**  
23 **Francisco Beltrão), Denis Cezar Musial (CRESS – Regional de Irati), Teresinha Maria**  
24 **Wolff(Regional de Paranaíba), Leandro Nunes Meller (Assessoria Técnica/SEDS), Tatiana Possa**  
25 **Schafachek(Coordenadoria gestão do SUAS/SEDS), Paulo Silvério Pereira (APAE de Ibiporã –**  
26 **Regional de Londrina), Maricléia Gemelli Chaves(APAE- Regional de Laranjeiras do Sul), Zilma**  
27 **Moraes Oliveira (Usuária – Regional de Maringá), Rubens Marcon (Recanto Espirita/Regional**  
28 **de Maringá) Renata da Silva Lima (Usuária – Regional de Cornélio Procopio), Mileny de**  
29 **Lima(CRESS – Regional de Jacarezinho), Dionéia Edlyng Maciel (CRESS- Regional de**  
30 **Guarapuava), José Araújo da Silva (Pastoral da Pessoa Idosa-Regional de Curitiba)** Totalizando  
31 **15 Conselheiros.** Informou-se que após 30 minutos nova chamada seria realizada, objetivando  
32 contabilizar o número de Conselheiros exigido para se obter o quórum formal. **\*Registrada a chegada dos**  
33 **Conselheiros Evandra Bazzo (SEPL), Marli Mussulini (SETS), Lindalane Maza Casas (COHAPAR),**  
34 **José Maia (SETI), Ricardo Vilarinho da Costa (Universidade Livre para Eficiência Humana -**  
35 **UNILEHU), Nircélio Zobot (Coordenadoria – Renda e Cidadania/SEDS), Gladys Tortato (SEDS),**  
36 **Noemi Brittes (SESA), Marcela Evangelista (Grupo Financeiro/SEDS), Dr. Diogo Luiz Cordeiro**  
37 **Rodrigues (Procuradoria Geral do Estado -PGE), e a representante do NJA/SEDS Dra. Danielle**  
38 **M. Vieira, totalizando 20 Conselheiros.** **\*Registrada a chegada da Assistente Social Kate Fabiane**  
39 **da Cruz,** representante do Ministério Público que acompanha às Assembleia do CEAS/PR. Dirigindo-se ao  
40 plenário, a Secretária Executiva Helena N. Gimenez anunciou que o próximo passo seria a escolha da  
41 Presidência e Vice desse Colegiado. Para tanto, o **Segmento governamental** e da **Sociedade Civil**  
42 **Organizada** reuniram-se em espaços diversos, tendo o prazo de 10 minutos para chegarem aos seus  
43 respectivos consensos, no que se refere à escolha dos Conselheiros que ficariam responsáveis pela  
44 condução dos trabalhos para o próximo Biênio do CEAS/PR. Esse retorno deu-se às 9h45min, momento  
45 em que os Conselheiros receberam a presença da nova **Secretária de Estado da Família e**  
46 **Desenvolvimento Social/SEDS, Maristela Marchioro Chu dzy,** nomeada recentemente em  
47 substituição à **Sra. Fernanda Richa,** exonerada do cargo a pedido, tendo em vista o período eleitoral  
48 para o qual está voltada. Convidada para integrar a Mesa Diretora a Secretária usou da palavra  
49 informando da sua satisfação em participar desse momento, augurando que os Conselheiros continuassem  
50 nessa caminhada exitosa, com passos iluminados e decisões embasadas sob a luz da prudência e da  
51 Sabedoria. Desde logo esclareceu que após o advento da **LOAS** (Lei Orgânica da Assistência Social), os  
52 Conselheiros foram criados, sendo detectados expressivos avanços nas Políticas Públicas possibilitando ainda  
53 que a Sociedade Civil participasse com propostas valorosas nesses espaços. Segundo ela, a prova  
54 conclusiva desses avanços é a trajetória brilhante desse Conselho Estadual, cujos Conselheiros unidos tem  
55 construído novas realidades, em benefício da população paranaense. Finalizando, a Secretária da Família  
56 **Maristela M. Chudzy,** em seu nome e também da **1º Dama do Estado Fernanda Richa** deu as boas  
57 vindas aos novos Conselheiros, augurando-lhes uma profícua gestão. **\*Indicação da Presidência e Vice**  
58 **do CEAS/PR.** Através da **Conselheira Tatiana,** o Plenário teve conhecimento que os Conselheiros  
59 Governamentais decidiram por unanimidade, indicar o **Conselheiro Leandro Nunes Meller(Assessor**  
60 **Técnico da SEDS),** para exercer a **Presidência** desse Colegiado – até agosto de 2015, dada a sua  
61 competência técnica por inúmeras vezes já demonstrada. Já na sequência, o **Conselheiro Rubens**  
62 **Marcon(Recanto Espirita Somos Todos Irmãos – Regional de Maringá)** foi indicado pelos  
63 Conselheiros da Sociedade Civil para manifestar-se em nome do grupo. Por sua vez, comunicou que  
64 houve uma certa demora que por sinal foi salutar; com troca de experiências e a busca da compreensão,  
65 optou-se por um pequeno processo eleitoral que acabou escolhendo o **Conselheiro Denis Cezar**  
66 **Musial(CRESS – Regional de Irati)** As novas escolhas foram aplaudidas por todos os Conselheiros e  
67 nesse momento o Conselheiro **José Araújo da Silva – (Pastoral da Pessoa Idosa – Regional de**  
68 **Curitiba)** avaliou que o Conselho estará em ótimas mãos. Disse conhecer muito bem o trabalho

69 desenvolvido pelo **Conselheiro Leandro** e por ele foi auxiliado quando construiu os documentos do  
70 Conselho Estadual dos Direitos do Idoso-CEDI/PR. Parabenzou também o grupo composto pelos  
71 Conselheiros da Sociedade Civil, que detém uma natureza diferente do Governo, Coeso, direto e mais  
72 incisivo. Realçou que no caminhar da vida esses dois segmentos deverão atuar unidos, na defesa  
73 intransigente das minorias. Desejou aos dois Conselheiros um crescente sucesso, nesse importante  
74 espaço de deliberações de Políticas Públicas, importante como é o da Assistência Social. O uso da palavra  
75 foi dada à **Conselheira Inês Roseli Tonello** (APAE de Francisco Beltrão) que demonstrou todo o seu  
76 prazer estar integrando esse grupo. E declarou que nessa data experimentou uma grande satisfação pela  
77 oportunidade em conhecer a Secretária de Estado da Família **Maristela Marchiro Chudzu**. Deixou  
78 explícito também o carinho que nutre pelo agora **Presidente Leandro**, um grande técnico que detém um  
79 comprometimento impar em fazer e fazer bem. Como consequência, as preocupações que a Presidência  
80 de um Conselho trazem, para ele foram minimizadas justamente porque tinha ao seu lado a figura do  
81 **Conselheiro Leandro** como Vice. E agora os papéis se invertem, portanto essa gestão será tranquila.  
82 Dirigiu seus cumprimentos ao **Vice-Presidente Denis Musial**, eleito num pleito que contou com empates  
83 e desempates. Registrou que no seu caso mesmo representando entidade, representa também o usuário e  
84 o trabalhador do setor e essa rotatividade tão benéfica deverá acontecer justamente nas bases. No seu  
85 papel, a **Conselheira Governamental Gladys Tortato**(PSB/SEDS) também cumprimentou os dois  
86 Conselheiros eleitos, agradecendo de forma penhorada todo o empenho demonstrado pela **Conselheira**  
87 **Roseli**, ao exercer tão bem a Presidência, período que será relembrado na historia do CEAS pelos seus  
88 expressivos avanços. **\*Aprovados os nomes dos Conselheiros Leandro Nunes Meller(SEDS) e**  
89 **Denis Cezar Musial(CRESS – Regional de Irati, para exercerem respectivamente a Presidência e**  
90 **Vice do Conselho Estadual de Assistência Social -CEAS/PR.** Já acomodados a Mesa Diretora, o  
91 **Presidente Leandro** passou a palavra para o **Vice Denis Cezar** que apontou sentir-se recompensado  
92 por poder representar a Sociedade Civil. O desafio é justamente valorizar o usuário, já que ele e a voz da  
93 Política, é pra ele que os serviços são prestados, é para ele que poderá ocorrer essa efetiva consolidação.  
94 Falando com exclusividade, o **Presidente Leandro**. Falando informou ter mantido contato tanto com a  
95 Sra. **Fernanda Richa** enquanto Secretária da Família, quanto com a **Sra. Maristela Chudzy** hoje sua  
96 substituta. Ambas foram unânimes em ressaltar as ações já realizadas por esse Conselho, em uníssono  
97 com a Sociedade Civil. Assim, seria importante que no momento de uma nova Presidência, a SEDS como  
98 Órgão Gestor fosse a detentora dessa escolha. Não é assunto ignorado, o fato que trata-se apenas de  
99 uma representação formal, já que num Conselho todas as decisões partem de um grupo, com decisões  
100 previamente debatidas. Relembrou a atuação da **Conselheira Roseli Tonello**(APAE de Francisco Beltrão),  
101 que ao compartilhar trabalho para multiplicar realizações, deixou marcas indelévels na sua gestão ora  
102 encerrada. Já o **Vice-Presidente Conselheiro Denis(CRESS- Regional de Irati)**, apresenta um  
103 significativo trabalho junto a Proteção Especial. Jovem, operoso, encontra-se à frente do Conselho  
104 Municipal e é Professor Universitário com mestrado em andamento. Para conhecimento informou-se  
105 também que a **Sra. Fernanda Richa** solicitou a sua exoneração do cargo de Secretária da Família e  
106 Desenvolvimento Social, tendo em vista as questões do processo eleitoral que ai esta! Sua substituta, a  
107 **Sra Maristela Chudzy** vivencia uma importante caminhada na Política, já que exerceu a  
108 Superintendência nessa área no Município de Curitiba. O **Presidente** garantiu que o caminho do CEAS/PR  
109 continuará exitoso, dada a variedade de experiências já construídas e da plêiade de valorosos os atores  
110 que nele atuam. Discorrendo sobre a expressiva atuação de alguns Conselheiros, o **Presidente Leandro**  
111 lembrou da trajetória do representante da Pastoral da Pessoa Idosa, **José Araujo da Silva** que além de  
112 Conselheiro Nacional, integra ainda o CEDI/PR. Já **Ricardo Vilarinho da Costa** atuante junto ao  
113 COEDE(Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência). Referiu-se ao Conselheiro **Rubens**  
114 **Marcon** (Recanto Espirita de Maringá), trazendo experiencias do CMAS daquela cidade e somando  
115 comparativos. Por outro lado, o **Conselheiro Artur Andrade dos Santos (NASA de Foz do Iguaçu)**  
116 com inúmeros méritos ao se apropriar paulatinamente da Política, executa um primoroso trabalho  
117 voluntário junto a 14 municípios daquela região. A partir disso já representou o CEAS em diversas  
118 instâncias. Outros integrantes do Segmento Governamental participaram do nascimento e dos primeiros  
119 passos desse Colegiado nos anos 90, como é o caso das servidoras **Gladys Tortato**(SEDS) e Regina A  
120 Rodrigues Costa(Secretaria Executiva/SEDS). Do Núcleo Jurídico da Administração, **Dra. Danielle Vieira**  
121 **e Dr. Diogo Rodrigues**(Procuradoria Geral do Estado) emprestam, todo o seu conhecimento jurídico às  
122 ações do CEAS/PR. Referencias elogiosas foram também dirigidas à **Coordenadora do Grupo**  
123 **Financeiro** da SEDS, **Conselheira Marcela Evangelista**, pela competência, segurança e tranquilidade  
124 com que consegue repassar todas as informações, referentes a essa área espinhosa que trata das  
125 questões financeiras. Ao mesmo tempo, as equipes técnicas das diversas Coordenadorias tem  
126 proporcionado inúmeras informações dirigidas aos Conselheiros, permitindo-lhes uma evolução nesse  
127 conhecimento coletivo das Políticas Públicas. Fez também lembrar a ação positiva empreendida pelo  
128 Ministério Publico junto ao CEAS, através da **Assistente Social Kate** frequentemente presente às  
129 Assembleias. De uma forma geral, o **Presidente Leandro Meller** agradeceu a atenção de todos  
130 ressaltando o compromisso de fazer mais e cada vez melhor! **\*Apreciação da pauta-Informações.** 1-  
131 **Helena Gimenez** – Item 8 – indicação de Conselheiros para a reunião trimestral do CNAS. 2-**Vice-**  
132 **Presidente Denis** – indicação de Conselheiro para reunião do CMDCA de Irati verificar responsável pelo  
133 Comitê LGBT- Revisão do Cadastro Único para inclusão da população LGBT. 3- **Conselheiro Artur** –  
134 Verificar paragrafo VI art.9º - Lei de Criação do CEAS(Reunião Bimestral ou mensal) 4- **Conselheira**  
135 **Roseli Tonello**- Informes sobre o Seminário Nacional da Pessoa com Deficiência – Relato sobre  
136 participação na reunião do CEDCA. 5- **Conselheira Marli** Apresentação do Conselho da Mulher.

137 **\*Aprovadas** as inclusões da pauta. Devido a compromissos de trabalho, a **Sra. Secretária de Estado**  
138 **da Família e Desenvolvimento Social , Maristela Marchioro Chudzy** despediu-se dos Conselheiros,  
139 Lamentando ter de ausentar-se de um espaço tão produtivo. **\*Apreciação da ata da Assembleia**  
140 **Ordinária – Julho/2014 – Aprovada.** Foi sugerido pelo **Conselheiro José Araujo da Silva(Pastoral**  
141 **da Pessoa Idosa)** que o corpo das atas deverá sempre conter o nome completo dos Conselheiros e suas  
142 respectivas representações, na indicação das suas falas. Tais detalhes facilitarão a identificação para  
143 futuras leituras desses documentos através dos anos. Outros Conselheiros não consideraram necessária  
144 essa determinação, mesmo porque a relação completa dos presentes é sempre citada no início das atas,  
145 com detalhes. **\*Aprovada a ata de Julho/2014 \*Informes da Secretaria Executiva – Helena**  
146 **Navarro Gimenez.** \*Em 22/07/2014, recebido o ofício nº013/14, procedente do CMAS de Curitiba, em  
147 resposta ao ofício 091/2014 CEAS/PR. \*Em 22/07/2014, recebido ofício nº012/2014 do CMAS de Curitiba,  
148 em resposta ao Ofício nº090/2014 – CEAS. \*Em 25/07/2014 recebido o Processo nº12.276292-9  
149 procedente da Prefeitura de Matelândia, contendo o pedido de reconsideração de parecer sobre habilitação  
150 ao edital 015/2016. \*Em 29/07/2014 recebido o ofício nº422/2014, procedente do CEDCA, solicitando  
151 indicação e Conselheiro para a Comissão Estadual Interinstitucional de Convivência Familiar e  
152 Comunitária. \*Em 04/08/2014 recebido comunicado da Assoc. Da Família em Solidariedade – AFASO,  
153 comunicando a suspensão de exercícios de suas funções localizadas na sede matriz no dia 23/12/13.  
154 \*Em11/08/2014 recebido o ofício nº12/2014, procedente do CMAS de Jesuítas, em resposta ao Ofício  
155 nº149/2014. \*Em 11/08/2014 recebido o processo nº 13.012.992-7 da prefeitura de Marilândia do Sul,  
156 solicitando reconsideração do edital nº15/2013/SEDS. \*Em 11/08/2014 recebido o processo sob nº  
157 13.288.657-1, procedente de Altamira do Parana, solicitando liberação de veículo-recursos do FEAS. \*Em  
158 11/08/2014, recebido ofício nº08/2014 procedente do CMAS de Palotina, em resposta ao Ofício 155/2014.  
159 \*Em11/08/2014, recebido o ofício nº001/2014, procedente do CMAS de Marechal Cândido Rondon, em  
160 resposta ao Ofício nº 150/2014. \*Em 11/08/2014, recebido o Ofício nº 006/2014, do CMAS de ouro Verde  
161 do Oeste, em Resposta ao Ofício 154/2014. \*Em 11/08/2014, recebido o ofício nº001/2014 procedente do  
162 CMAS de Vera Cruz do Oeste em resposta ao ofício nº160/2014. \*No dia 07/08 recebeu-se a justificativa  
163 de ausência da **Conselheira Erica** na reunião do CEAS, tendo em vista a sua participação no encontro  
164 Nacional de Políticas Públicas da Cáritas Brasileira. \*A **Conselheira Eunícia** (SEJU) justificou a sua  
165 ausência e da sua suplente na reunião do CEAS, por motivo de Viagem a trabalho. \* As Conselheiras  
166 representantes dos Escritórios Regionais da SEDS(**Luciana e Francieli**) justificaram ausência na reunião  
167 do CEAS/PR tendo em vista compromissos de trabalho nas suas regiões. **\*Ações do Plano Estadual de**  
168 **Assistência Social – PEAS 2014-2015.** A exposição foi efetuada pela Conselheira e Coordenadora da  
169 Gestão do SUAS/SEDS, **Tatiana Possa**. O Conteúdo desse documento já fora encaminhado aos  
170 Conselheiros por e-mail e também apresentado na capacitação desenvolvida com os integrantes da  
171 Sociedade Civil, no ultimo dia 18. **\*Aprovado o PEAS – 2014 – 2015. \*Relatórios das Comissões**  
172 **Temáticas. \*Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo – Relator; Conselheiro**  
173 **Rubens Marcon (Recanto Espirita Somos Todos Irmãos – Regional de Maringá) 1.1 Protocolo n.**  
174 **13.028.517-1: Ressarcimento ao Estado em virtude da ausência na X Conferência Estadual de**  
175 **Assistência Social.** Em análise ao protocolado em tela a comissão verificou que a Delegada Regina  
176 Borges confirmou a participação na conferência estadual e não se fez presente, tendo encaminhado  
177 justificativa de ausência ao CEAS o qual após a análise não acatou. Por conta de não acatar a justificativa,  
178 foi encaminhado o ofício 006/2014 – CEAS para a Sra. Regina solicitando que a mesma fizesse o depósito  
179 do ressarcimento, sendo que até a presente data este depósito não se efetivou. Cabe salientar que o  
180 CEAS deliberou conforme deliberação 007/2014 que o prazo para ressarcimento seria de no máximo 60  
181 dias após a notificação.O presente processo foi encaminhado para manifestação do NJA e da CJA-PGE e a  
182 orientação foi que o valor é pequeno para cobrança judicial e que o CEAS poderia adotar a providência de  
183 envio de comunicação de caráter repressivo em âmbito moral bem como a possibilidade do cadastramento  
184 em dívida ativa, pois o valor foi caracterizado como uma dívida que não pode ser perdoada.Neste sentido  
185 a comissão debateu sobre o caso e definiu que adotaria as mesmas providências já adotadas para casos  
186 similares que foram pautados anteriormente. **Parecer da Comissão:** Envio do Processo para o divisão da  
187 Secretaria de Estado da Fazenda responsável pelo cadastramento em dívida ativa, para que efetive esse  
188 cadastramento para que na sequência seja verificado a possibilidade de cobrança por meio de  
189 protesto,bem como pelo encaminhamento de ofício à delegada com cópia ao conselho municipal de  
190 assistência social de Jataizinho informando que, pela ausência do ressarcimento do qual a senhora regina  
191 tinha conhecimento e compromisso, a dívida de R\$ 348,57 foi encaminhada para o cadastro em dívida  
192 ativa, podendo inclusive ser objeto de cobrança por meio de protesto. **Parecer do CEAS: Aprovado. 1.2**  
193 **Proposta Orçamentária FEAS 2015:** A Conselheira Marcela entregou aos conselheiros da comissão a  
194 proposta do plano de ação do FEAS para a LOA 2015 o qual foi devidamente pactuado pela Comissão  
195 Intergestores Bipartite. Após a entrega do material a Sra. Marcela informou que anualmente que a  
196 sistemática de aprovação dos planos de ação dentro do governo do Estado, é necessário aguardar a  
197 liberação do teto orçamentário pela SEFA o que ocorre sempre por volta de 5 de setembro de cada ano, e  
198 por este motivo a proposta do plano de ação é construído com base nas necessidades, sendo que, caso o  
199 teto seja inferior ao planejado, será adequado o plano e trazido na reunião de setembro. A Sra. Marcela  
200 explicou aos conselheiros quais eram cada uma das fontes e explicou ainda que os recursos das fontes  
201 estariam distribuídos em ações específicas que integram os quatro grandes objetivos do plano de ação,  
202 denominados projeto atividade, sendo os seguintes: Objetivo 1 – família paranaense está previsto o valor  
203 de R\$ 58.583.800,00, divididos em R\$ 6.240.000,00 na ação 1 do objetivo, R\$ 4.200.000,00 na ação 2 do  
204 objetivo, R\$ 275.00,00 na ação 3 do objetivo, R\$ 46.868.800,00 na ação 4 do objetivo e R\$ 1.000.000,00

205 na ação 5 do objetivo. Objetivo 2 – aprimoramento de gestão está previsto o valor de R\$ 16.706.600,00,  
206 divididos em R\$ 582.000,00 na ação 1 do objetivo, R\$ 550.000,00 na ação 2 do objetivo, R\$  
207 1.524.600,00 na ação 3 do objetivo, R\$ 12.900.000,00 na ação 4 do objetivo, R\$ 850.000,00 na ação 5  
208 do objetivo e R\$ 300.000,00 na ação 6 do objetivo. Objetivo 3 – proteção social básica está previsto o  
209 valor de R\$ 53.730.000,00, divididos em R\$ 28.600.000,00 na ação 1 do objetivo, R\$ 980.000,00 na ação  
210 2 do objetivo, R\$ 22.400.000,00 na ação 3 do objetivo, R\$ 250.000,00 na ação 4 do objetivo e R\$  
211 1.500.000,00 na ação 5 do objetivo. Objetivo 4 – proteção social especial está previsto o valor de R\$  
212 38.692.000,00, divididos em R\$ 15.300.000,00 na ação 1 do objetivo, R\$ 400.000,00 na ação 2 do  
213 objetivo, R\$ 6.603.000,00 na ação 3 do objetivo, R\$ 8.289.000,00 na ação 4 do objetivo, R\$  
214 1.100.000,00 na ação 5 do objetivo e R\$ 7.000.000,00 na ação 6 do objetivo. Dentro da proposta do  
215 plano de ação, existe a previsão de R\$ 146.758.800,00 da fonte 100, R\$ 7.795.000,00 da fonte 143, R\$  
216 7.915.000,00 da fonte 257 e R\$ 5.243.600,00 da fonte 281. Após a leitura a Sra. Marcela informou  
217 novamente que a proposta é aprovar o Plano de ação na forma como foi apresentado, e caso o teto seja  
218 inferior ao solicitado que o GFS possa encaminhar as adequações de forma proporcional para posterior  
219 inclusão ao sistema. **Parecer da Comissão:** Aprovado a proposta apresentada. **Parecer do CEAS:**  
220 **Aprovado**  
221 **1.3 Balancete FEAS/Julho:** A senhora Marcela trouxe para conhecimento da comissão o  
222 balancete do FEAS referente ao mês de julho de 2014, entregando cópia do referido balancete e  
223 apresentando item a item para os integrantes da comissão. Iniciou a apresentação com os recursos fonte  
224 por fonte, conforme segue: Fonte 100: após levantamento dos recursos liberados, recursos empenhados,  
225 recursos de saldo a empenhar e de recursos de pagamentos realizados, nesta fonte foi apurado um saldo  
226 de R\$ 779.093,90 em 31 de julho de 2014. Fonte 103: após levantamento dos recursos liberados,  
227 recursos empenhados, recursos de restos a pagar e de recursos de pagamentos realizados, nesta fonte foi  
228 apurado um saldo de R\$ 550.560,00 em 31 de julho de 2014. Fonte 147: após levantamento dos recursos  
229 liberados, recursos empenhados, recursos de saldo a empenhar e de recursos de pagamentos realizados e  
230 recursos de restos a pagar, nesta fonte foi apurado um saldo de R\$ 5.779.400,00 em 31 de julho de  
231 2014. Fonte 148: após levantamento dos recursos liberados, recursos empenhados, recursos de  
232 pagamentos realizados e recursos de restos a pagar, nesta fonte não existe saldo em 31 de julho de  
233 2014. Fonte 257: após levantamento dos recursos liberados, recursos empenhados, recursos de saldo a  
234 empenhar e de recursos de pagamentos realizados e recursos de restos a pagar, nesta fonte foi apurado  
235 um saldo de R\$ 5.242.466,54, sendo que destes R\$ 1.710.376,55 de saldo do superavit 2013, finalizando  
236 com um saldo financeiro a deliberar de R\$ 3.532.089,99 em 31 de julho de 2014, sendo que destes é  
237 necessário descontar o valor destinado em julho para a solicitação apresentada pela APAE de Cascavel.  
238 Fonte 281 – IGD Bolsa Família: após levantamento dos recursos liberados, recursos empenhados,  
239 recursos de saldo a empenhar e de recursos de pagamentos realizados e recursos de restos a pagar,  
240 nesta fonte foi apurado um saldo de R\$ 2.256.632,55, sendo que destes R\$ 1.835.153,13 de saldo do  
241 superavit 2013, finalizando com um saldo financeiro a deliberar de R\$ 421.479,42 em 31 de julho de  
242 2014. Fonte 281 – IGD SUAS: após levantamento dos recursos liberados, recursos empenhados, recursos  
243 de saldo a empenhar e de recursos de pagamentos realizados e recursos de restos a pagar, nesta fonte foi  
244 apurado um saldo de R\$ 653.396,50, sendo que destes R\$ 392.827,16 de saldo do superavit  
245 2013, finalizando com um saldo financeiro a deliberar de R\$ 260.569,34 em 31 de julho de 2014. Fonte  
246 281 – Capacita SUAS: após levantamento dos recursos liberados, recursos empenhados, recursos de  
247 saldo a empenhar e de recursos de pagamentos realizados e recursos de restos a pagar, nesta fonte foi  
248 apurado um saldo de R\$ 4.222.568,97 em 31 de julho de 2014. Fonte 281 – PACII: após levantamento  
249 dos recursos liberados, recursos empenhados, recursos de saldo a empenhar e de recursos de  
250 pagamentos realizados e recursos de restos a pagar, nesta fonte foi apurado um saldo de R\$ 126.075,22  
251 em 31 de julho de 2014. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **1.4 Protocolado n.**  
252 **13.288.657-1: Solicitação de veículo pelo Município de Altamira do Paraná.** A conselheira Marcela  
253 apresentou a solicitação constante no Protocolado iniciando com a leitura do ofício encaminhado pela  
254 Gestão Municipal no qual o Município informa sobre a realidade do Município e as ações por eles  
255 desenvolvidas na política de assistência social, sendo que, tendo em vista as atividades desenvolvidas o  
256 município pede a liberação de recursos do FEAS para aquisição de veículo para apoiar na execução das  
257 ações. **Parecer da Comissão:** Encaminhar o processo para área técnica da SEDS para informar se o  
258 município recebe algum cofinanciamento do FEAS ou está previsto o recebimento de algum  
259 cofinanciamento futuro dentro das expansões já deliberadas, retornando na sequência com as  
260 informações solicitadas para subsidiar a deliberação final do conselho. **Parecer do CEAS: Aprovado. 1.5**  
261 **Serviços de acolhimento institucional. - Pequeno Cotoengo:** A técnica da coordenação de proteção  
262 social especial – Renata, trouxe para conhecimento dos conselheiros da comissão que a Coordenação de  
263 Proteção Social Especial mantém ações de acolhimento institucional sendo executadas em conjunto com  
264 algumas organizações, informando que atualmente o Pequeno Cotoengo do Paraná possui neste  
265 acolhimento um total de 123 metas executadas com o financiamento do FEAS. A técnica Renata informou  
266 ainda que, em decorrência do reordenamento do acolhimento que vem sendo executado pela  
267 Coordenação foi identificado a necessidade da ampliação das metas de 123 para até 134, com uma  
268 ampliação de até 11 metas, o que incidirá diretamente na ampliação do valor financiado, motivo pelo qual  
269 o assunto foi trazido para a comissão de financiamento. A técnica Renata informou ainda que foram  
270 realizados estudos e que foi observada a necessidade da formalização de um novo termo a partir de  
271 setembro de 2014 para execução das ações pelos próximos 12 meses sendo que para o total de até 134  
272 metas o termo terá um custo de até R\$ 2.413.286,40 para o período de 12 meses. A comissão deliberou  
sobre o tema apresentado entendendo sobre a pertinência da continuidade da ação bem como da

273 ampliação das metas para garantir o atendimento. **Parecer da Comissão:** Aprova a elaboração de um  
274 novo termo com o Pequeno Cotelengo do Paraná para execução do atendimento de até 134 metas de  
275 acolhimento institucional no valor de até R\$ 2.413.286,40 para o período de 12 meses contados a partir  
276 da formalização prevista para setembro de 2014. **Parecer do CEAS: Aprovado. 1.6 Serviços de**  
277 **acolhimento institucional - APAE Curitiba:** A técnica da coordenação de proteção social especial –  
278 Renata, trouxe para conhecimento dos conselheiros da comissão que a Coordenação de Proteção Social  
279 Especial mantém ações de acolhimento institucional com sendo executadas em conjunto com algumas  
280 organizações, informando que atualmente a APAE de Curitiba possui neste acolhimento um total de 35  
281 metas executadas com o financiamento do FEAS. A técnica Renata informou ainda que foram realizados  
282 estudos e que foi observada a necessidade da formalização de um novo termo a partir de setembro de  
283 2014 para execução das ações pelos próximos 12 meses sendo que estas 35 metas terão um custo de R\$  
284 488.250,00 para o período de 12 meses. A comissão deliberou sobre o tema apresentado entendendo  
285 sobre a pertinência da continuidade da ação para garantir o atendimento. **Parecer da Comissão:** Aprova  
286 a elaboração de um novo termo com a APAE de Curitiba para execução do atendimento de 35 metas de  
287 acolhimento institucional no valor de R\$ 488.250,00 para o período de 12 meses contados a partir da  
288 formalização prevista para setembro de 2014. **Parecer do CEAS:Aprovado. 1.7 Serviços de**  
289 **acolhimento institucional. - Socorro aos Necessitados – Recanto Tarumã:** A técnica da  
290 coordenação de proteção social especial – Renata, trouxe para conhecimento dos conselheiros da  
291 comissão que a Coordenação de Proteção Social Especial mantém ações de acolhimento institucional com  
292 sendo executadas em conjunto com algumas organizações, informando que atualmente a Socorro aos  
293 Necessitados – Recanto Tarumã possui neste acolhimento um total de 15 metas executadas com o  
294 financiamento do FEAS. A técnica Renata informou ainda que o termo atual da entidade finda sua vigência  
295 em setembro de 2014 informando que a prorrogação e os valores para o próximo período dos 16 meses já  
296 foram aprovados pelo CEAS nas deliberações n. 27/2014 e 40/2014, sendo que nenhuma destas  
297 aprovações previa a contrapartida da entidade. Considerando que a prorrogação do termo ocorrerá em  
298 setembro de 2014, ou seja, em ano eleitoral é necessário prever uma contrapartida para possibilitar a  
299 formalização pretendida, sendo que neste contexto a entidade se comprometeu a fazer um aporte de  
300 contrapartida no valor de R\$ 2.931,11 para o período de 16 meses. A comissão deliberou sobre o tema  
301 apresentado entendendo sobre a pertinência da continuidade da ação para garantir o atendimento,  
302 aceitando a inclusão da contrapartida oferecida pela entidade. **Parecer da Comissão:** Aprova a  
303 formalização de aditivo para prorrogação do prazo com a inclusão de contrapartida da entidade no valor  
304 de R\$ 2.931,11, o que corresponde a 1% do valor de R\$ 293.110,24 que será destinado pelo FEAS para  
305 manutenção destas 15 metas executadas pela Socorro aos Necessitados – Recanto Tarumã pelo período  
306 de 16 meses. **Parecer do CEAS: Aprovado. 1.8 Serviços de acolhimento institucional. - Ação**  
307 **Social do Paraná – Asilo São Vicente de Paulo:** A técnica da coordenação de proteção social especial  
308 – Renata, trouxe para conhecimento dos conselheiros da comissão que a Coordenação de Proteção Social  
309 Especial mantém ações de acolhimento institucional com sendo executadas em conjunto com algumas  
310 organizações, informando que atualmente a Ação Social do Paraná – Asilo São Vicente de Paulo possui  
311 neste acolhimento um total de 50 metas executadas com o financiamento do FEAS. A técnica Renata  
312 informou ainda que o termo atual da entidade finda sua vigência em setembro de 2014 informando que a  
313 prorrogação e os valores para o próximo período dos 16 meses já foram aprovados pelo CEAS nas  
314 deliberações n. 27/2014 e 40/2014, sendo que nenhuma destas aprovações previa a contrapartida da  
315 entidade. Considerando que a prorrogação do termo ocorrerá em setembro de 2014, ou seja, em ano  
316 eleitoral é necessário prever uma contrapartida para possibilitar a formalização pretendida, sendo que  
317 neste contexto a entidade se comprometeu a fazer um aporte de contrapartida no valor de R\$ 9.344,34  
318 para o período de 16 meses. A comissão deliberou sobre o tema apresentado entendendo sobre a  
319 pertinência da continuidade da ação para garantir o atendimento, aceitando a inclusão da contrapartida  
320 oferecida pela entidade. **Parecer da Comissão:** Aprova a formalização de aditivo para prorrogação do  
321 prazo com a inclusão de contrapartida da entidade no valor de R\$ 9.344,34, o que corresponde a 1% do  
322 valor de R\$ 934.432,00 que será destinado pelo FEAS para manutenção destas 50 metas executadas pela  
323 Ação Social do Paraná – Asilo São Vicente de Paulo pelo período de 16 meses. **Parecer do CEAS: Aprovado**  
324 **Intervalo para almoço.** Retomada dos Trabalhos às 13h30min **\*Apresentação do Conselho Estadual**  
325 **da Mulher.** O CEAS/PR recebeu na sua Assembleia a presença da **Sra. Rafaela Lupion**, Presidente do  
326 Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM criado através da lei nº 17.504/2013 no âmbito da  
327 Secretaria de Estado da Justiça Cidadania e Direitos Humanos. Esse Colegiado tem por finalidade  
328 possibilitar a participação popular, propor diretrizes de ação voltadas à promoção dos direitos das  
329 mulheres, exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres, no Estado do  
330 Paraná. A visitante teve a oportunidade de explanar sobre o funcionamento geral do Conselho, eleição da  
331 Sociedade Civil, indicação dos Conselheiros do segmento governamental, bem como do lançamento do  
332 manual que orientará sobre a construção dos Conselhos Municipais. Dando uma atenção especial a esse  
333 novo momento, a **Presidente Leandro Meller (SEDS)** agradeceu a presença da Presidente, ressaltando  
334 a importância dessa aproximação com o CEAS/PR, uma vez que as demandas de atendimento a mulher  
335 perpassam pelas ações da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial da Assistência Social. Foi a  
336 vez da **Conselheira Roseli Tonello** (APAE de Francisco Beltrão) além de agradecer a participação de  
337 **Rafaela Lupion**, também contextualizar as formas de violência sofridas pelas mulheres. Na continuidade,  
338 a **Conselheira MaryStela Bischof** (SEAB) ressaltou a importância da interface com o CEAS/PR,  
339 apresentando um pouco das ações de governo voltadas a mulher; por outro lado, o Estado do Paraná  
340 encontra-se em 2º lugar nas estatísticas de violência. Em setembro, a APP- Sindicato realizará um

341 encontro onde será abordada a violência contra a mulher. Nas suas despedidas, a **Presidente Rafaela**  
342 **Lupion** agradeceu a todos e reforçou a urgente necessidade de aproximar o Conselho da Mulher dos  
343 demais Colegiados. **\*Comissão de Comunicação Articulação e Mobilização 2.1 - Pauta**  
344 **permanente: Educação permanente do SUAS.** O conselheiro Hamilton apresenta informações sobre o  
345 CapacitaSUAS e o Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS. Informa que a primeira edição do  
346 curso CapacitaSUAS teve início no mês de julho de 2014. São 2030 vagas em todo estado e já estão  
347 ocorrendo aulas ministradas pela Unicentro e UEL. Nas regiões de abrangência da UEM, serão iniciadas as  
348 aulas em 25/8 e a Uniãoeste iniciará as aulas em 22/9/2014. Ainda está pendente o cronograma da UEPG,  
349 que está enfrentando dificuldades no processo licitatório para alimentação dos cursistas. Espera-se que  
350 até o final do mês devemos dispor deste cronograma. A segunda edição do CapacitaSUAS, com aulas  
351 previstas para o primeiro semestre de 2015, já teve adesão assinada pelas mesmas universidades  
352 estaduais e são previstos três cursos diferentes. São 3540 vagas no total. Entre os cursos, há o curso de  
353 controle social voltado para conselheiros. A segunda informação apresentada pelo conselheiro Hamilton,  
354 diz respeito ao Decreto Estadual que institui formalmente o NEEP - Núcleo Estadual de Educação  
355 Permanente do SUAS. Com a instituição deste núcleo, a SEDS cumpre prerrogativa nacional do SUAS (são  
356 apenas três unidades da federação que já tem seus núcleos instituídos). Os objetivos e composição do  
357 Núcleo constam no Decreto Estadual n.º 11873/2014. O funcionamento desta instância deverá ser  
358 estruturado em regimento interno. As reuniões serão agendadas mensalmente num primeiro momento, e  
359 há previsão de representação do CEAS entre os membros do núcleo. **Parecer da Comissão:** A comissão  
360 manifesta ciência em relação ao andamento do CapacitaSuas. Em relação ao NEEP, deve-se levar à  
361 plenária a indicação de membros representantes do CEAS. **Parecer do CEAS:** Ciente, sendo indicado  
362 para compor o núcleo a conselheira Renata como representante titular e a conselheira Zilma como  
363 representante suplente. **2.2 – Pauta permanente: vigilância socioassistencial.** O conselheiro  
364 Hamilton informa que já foram produzidas duas notas técnicas pela Coordenação de Gestão do SUAS  
365 sobre a temática da vigilância. Uma terceira nota, que dá conta da estrutura de vigilância na SEDS, já fora  
366 produzida, estando pendente a validação por outras coordenações para ampla divulgação. **Parecer da**  
367 **Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **2.3 – Inclusão de Pauta: Informe sobre encontro de**  
368 **vigilância em Brasília.** A conselheira Luciana – ER Ponta Grossa esteve presente no evento  
369 “Implantação da Vigilância Socioassistencial nos Estados e Municípios”, que ocorreu em Brasília de 30/7 a  
370 1º/8/2014, e entregou instrumento de registro à Comissão. O conselheiro Artur fez a leitura do  
371 documento e, verificando-se questões para discussão do CEAS, entendeu-se pela importância da  
372 discussão em plenária. **Parecer da Comissão:** Considerando que existem encaminhamentos de  
373 discussões para o CEAS, a conselheira Tatiana deverá apresentar o conteúdo no instrumento para discussão  
374 em plenária. **Parecer do CEAS:** ciente, bem como foi feita a apresentação das demandas para o  
375 **CEAS pela conselheira Tatiana sendo que estas demandas serão pautadas nas comissões que**  
376 **apresentaram propostas de soluções do que foi pontuado.** \*indicação das **Conselheiras Renata -**  
377 **Titular e Zilma(Suplente)** para integrarem os NEEP. **Relato Encontro Vigilância – A Conselheira**  
378 **Tatiana** (SEDS) fez a narrativa, colocando os principais assuntos discutidos nesse evento, no que se  
379 refere ao Funcionamento dos Conselhos. **O Conselheiro Denis (CRESS – Regional de Irati)** questionou  
380 se no referido encontro, foi esclarecida a questão do cofinanciamento obrigatório da União, para a  
381 Constituição de equipes para a Vigilância. A **Conselheira Tatiana** respondeu que não trataram desse  
382 assunto, porém o Paraná cofinancia através do PISO. Já a **Conselheira Renata** veio a sugerir o  
383 agendamento de palestras e reuniões técnicas dirigidas aos CMAS, visando a conscientização sobre a  
384 importância desse espaço de Controle Social. **\*Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial,**  
385 **RELATÓRIO: 01. Ofício nº 24/2014 do CMAS de Umuarama;** A Comissão observou o Ofício do CMAS  
386 de Umuarama, o qual informa que a entidade Fundação Cândido Garcia não está mais inscrita naquele  
387 Conselho. **Parecer da Comissão:** Ciente. A Comissão entende que pela Resolução Nº 14 de 15 de Maio  
388 de 2014-CNAS, não existe a necessidade dos CMAS informar o CEAS sobre o desligamento das Entidades.  
389 **Parecer do CEAS:** Ciente. **02. Comunicado da Associação de Famílias em Solidariedade – AFASO:**  
390 A Diretoria da AFASO, comunica que a entidade está com suas atividades suspensas desde 23 de  
391 novembro de 2013 por uma necessidade de reestruturação interna e que as prestações de contas oriunda  
392 de celebração dos convênios com o Estado foram apresentadas. **Parecer da Comissão:** Ciente.  
393 A Comissão solicita o encaminhamento da informação para o Núcleo de Convênios para o que mesmo  
394 possa verificar a regularização e termos dos convênios / Prestações de Contas. **Parecer do CEAS:**  
395 Ciente, encaminhar à central de convênios para prestar informações retornando ao CEAS para  
396 encaminhamento finais. **03. Estudo sobre as regulamentações que dispõem sobre a contratação de**  
397 **equipe técnica pelas Entidades de Assistência Social.** O estudo que está proposto para esta  
398 comissão, tem por objetivo iniciar um trabalho de apresentação das regulamentações que tratam das  
399 contratações de equipes técnicas pelas Entidades de Assistência Social. **Parecer da Comissão:** A  
400 Comissão entende que o CEAS deve instituir uma Câmara Técnica com quatro membros do CEAS, sendo  
401 paritário entre Sociedade Civil e Governamentais para a Realização de um estudo e a verificação de  
402 necessidade da elaboração de Nota Técnica sobre a Contratação de Equipes Técnicas, contando com o  
403 apoio Técnico e Jurídico da SEDS. Ainda, a Comissão sugere que os membros que forem indicados para  
404 participar do FONACEAS na BAHIA, Reunião Trimestral do CNAS Brasília e Reunião das Regiões SUL e  
405 SUDESTE no Rio de Janeiro que levem este assunto como debate para estas reuniões. **Parecer do CEAS:**  
406 **Aprovado, sendo indicados para o estudo da área governamental os conselheiros: Leandro,**  
407 **Tatiana e Lindalane e da área sociedade civil os conselheiros Artur, Roseli e Dionéia, bem como**  
408 **a participação da Dra. Danielle em representação ao NJA.** Inclusões de pauta: **04. Protocolado**

409 **13.166.664-0 – Rede Nacional de Pessoa Vivendo com HIV/AIDS.** A Comissão analisou os  
410 documentos contantes no processo e verificou que a entidade não se manifestou no prazo de 15 dias  
411 corrido proposto por essa Comissão, como consta na memória desta comissão do dia 05/06/2014.  
412 **Parecer da Comissão:** A Comissão acatou a decisão do CMAS de Curitiba, que deliberou pelo  
413 indeferimento da inscrição da Entidade, haja visto que a Entidade não se posicionou quanto ao  
414 contraditório, no que se refere a intempestividade do recurso junto ao CMAS. Relembrando que a entidade  
415 poderá fazer nova solicitação de Inscrição a qualquer momento dentro das normativas vigentes. **Parecer**  
416 **do CEAS:** Aprovado. **05. Protocolado 13.180.151-3 – CMAS de Curitiba – Associação de**  
417 **Moradores Vila Gusso.** A Comissão analisou os documentos constantes no processo e verificou que a  
418 entidade não se manifestou no prazo de 15 dias corridos proposto por essa Comissão, como consta na  
419 memória desta comissão do dia 05/06/2014. **Parecer da Comissão:** A Comissão acatou a decisão do  
420 CMAS que deliberou pelo indeferimento da inscrição da Entidade, haja visto que a Entidade não se  
421 posicionou quanto ao contraditório. Relembrando que a entidade poderá fazer nova solicitação de Inscrição  
422 a qualquer momento dentro das normativas vigentes. **Parecer do CEAS:Aprovado. \*Comissão de**  
423 **Políticas Sociais, 4.1. Prorrogação do prazo para adesão aos Pisos II e III.** A técnica da CPSE,  
424 Carmen, informa que foi aprovado por este Conselho, o cofinanciamento estadual para as unidades de  
425 Centro POP e Regionalização na lógica de ampliação da rede CREAS municipal, cujo prazo foi estipulado na  
426 data de 31 de julho de 2014. Como há necessidade de regulamentação do repasse dos recursos solicita a  
427 prorrogação do prazo para adesão dos Pisos II e III com a seguinte redação: Fica prorrogado o prazo para  
428 adesão dos municípios elencados aos Pisos II e III, ou seja, os municípios deverão retornar à SEDS, o  
429 Termo de Adesão, no prazo de 30 dias a partir da data do encaminhamento do termo ao município.  
430 **Parecer da comissão: Aprova a prorrogação do prazo. Parecer do CEAS: Aprovado. 4.2.**  
431 **Protocolo nº13.197.031-5 – minuta de deliberação - revogação da Deliberação nº 034/14**  
432 **CEAS/PR;** A UTPFP apresenta minuta de deliberação que revoga a Deliberação nº 034/2014 CEAS/PR,  
433 visto que, deixou de ter validade devido a aprovação da Deliberação 053/2014 CEAS/PR, que exclui o item  
434 “c” do Artigo 10 da Deliberação 042/2013 CEAS/PR e que a Deliberação 034/2014 CEAS/PR apenas  
435 alterava este artigo. **Parecer da comissão: Aprova a minuta de deliberação apresentada. Parecer**  
436 **do CEAS: Aprovado. 4.3. Protocolado nº 13.198.321-2: manifestação do CMAS de Umuarama**  
437 **sobre o Programa Família Paranaense.** A UTPFP informa que o CEAS encaminhou o Ofício Circular  
438 001/2014 CEAS/PR aos Conselhos Municipais, tratando das famílias com direito a acessar o Benefício  
439 Renda Família Paranaense, solicitando apoio na articulação para que as referidas famílias fossem  
440 orientadas sobre o saque do referido benefício. O CEAS recebeu Ofício nº 018/2014 do Conselho Municipal  
441 de Assistência Social de Umuarama, informando que o CMAS não realizaria busca ativa, monitoramento e  
442 acompanhamento das famílias que não acessaram o benefício, entendendo não ser essa a atribuição do  
443 Conselho Municipal. Em resposta, a UTPFP formulou minuta de ofício esclarecendo a execução do Benefício  
444 Renda Família Paranaense e reforçando a solicitação de apoio ao CMAS no tocante à divulgação deste  
445 benefício às famílias, bem como a importância do acesso das famílias ao benefício. **Parecer da comissão:**  
446 **Aprovada a minuta de ofício e sugere consulta a CRC/SEDS sobre o funcionamento da Instância de**  
447 **Controle Social do Programa Bolsa Família do referido município. Parecer do CEAS: Aprovado. 4.4.**  
448 **Protocolado nº 13.248.185-7: Ofício do CMAS de Irati sobre o Benefício Renda Família**  
449 **Paranaense.** A UTPFP informa que o CEAS encaminhou o Ofício Circular 001/2014 CEAS/PR aos Conselhos  
450 Municipais, tratando das famílias com direito a acessar o Benefício Renda Família Paranaense, solicitando  
451 apoio na articulação para que as referidas famílias fossem orientadas sobre o saque do referido benefício.  
452 O CEAS recebeu Ofício nº 020/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social de Irati que encaminha a  
453 manifestação do departamento de gestão do cadastro único do município o qual informa que a gestão do  
454 Cadastro Único não dispõe de equipe para realizar busca ativa das famílias e que o município de Irati não  
455 recebeu capacitações e recursos para o desenvolvimento do Programa Família Paranaense. Em resposta, a  
456 UTPFP formulou minuta de ofício orientando o município a respeito do Benefício Renda Família Paranaense  
457 e informando que o Escritório Regional de Irati fará contato com o município para prestar apoio técnico  
458 sobre o Programa Família Paranaense. A UTPFP encaminhou e-mail ao ER de Irati solicitando apoio no  
459 suporte ao respectivo município referente à execução do Programa Família Paranaense, em especial sobre  
460 o Benefício Renda Paranaense e o acesso das famílias ao benefício. **Parecer da comissão: Aprovada a**  
461 **minuta de ofício. Parecer do CEAS: Aprovado. 4.5. Protocolado nº 13.015.225-2: construção de**  
462 **CRAS no Município de Matelândia.** A CPSB informa que o Município de Matelândia apresentou Ofício  
463 nº312/2014 solicitando a reconsideração da desabilitação do processo do mesmo para a construção de  
464 CRAS através do Edital nº 15/2013 SEDS. O município apresenta ação não julgada, até o presente  
465 momento, de usucapião do terreno apresentado e não matrícula atualizada de terreno em seu nome.  
466 **Parecer da comissão: Indefere a solicitação do município, mantendo sua desabilitação conforme**  
467 **informado no Ofício nº 126/2014 CEAS/PR. Parecer do CEAS: Aprovado. 4.6. Protocolado nº**  
468 **13.277.084-0: pedido de reconsideração para a construção do CRAS no Município de Marilândia**  
469 **do Sul.** A CPSB informa que o Município de Marilândia do Sul apresentou Ofício nº 197/2014 solicitando a  
470 reconsideração da desabilitação do processo do mesmo para a construção de CRAS através do Edital nº  
471 15/2013 SEDS. O referido município foi desabilitado por não encaminhar dentro do prazo definido pelo  
472 edital, a Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa. O mesmo justifica que  
473 possuía a referida certidão à época do edital, porém, a mesma foi protocolada em data posterior ao  
474 encerramento do prazo. **Parecer da comissão: Indefere a solicitação do município, mantendo sua**  
475 **desabilitação conforme informado no Ofício nº 125/2014 CEAS/PR. Parecer do CEAS: Aprovado.**  
476 **4.7. Serviço de Acolhimento Institucional – Contratos e convênios.** A técnica da CPSE, Carmen,

477 relata sobre a situação da renovação dos convênios com a entidade Ação Social do Paraná, que atende a  
478 50 idosos no valor per capita de R\$1.168,00, cujo valor total será de R\$934.434,00 e junto à entidade  
479 Recanto Tarumã que atende a 15 idosos no valor per capita de R\$1.221,00 totalizando R\$293.110,24.  
480 Sendo necessário a aprovação deste Conselho, de contrapartida nesse período eleitoral, cujo percentual  
481 sugerido é de 1%, o que representa, respectivamente, o valor de R\$9.344,34 e R\$2.931,11. Também  
482 informa que a Casa de Maria, do Município de Jaguapitã, se habilitou ao edital de credenciamento para  
483 atendimento de 10 pessoas, assim como a entidade Pequeno Cotelengo se habilitou para o atendimento a  
484 crianças e adolescentes com deficiência e/ou transtorno mental associado para 08 metas. Processo este  
485 que está em andamento interno na SEDS. Posteriormente será informado a este Conselho o quadro geral  
486 de atendimentos e entidades/empresas credenciadas/contratadas/conveniadas, cujo valor per capita será  
487 de R\$2.360,00 conforme previsto no citado edital. Além disso, coloca sobre a ampliação de atendimentos  
488 junto ao Pequeno Cotelengo de 123 para até 134 pessoas, com valor per capita de R\$1.500,80, assim  
489 como a APAE de Curitiba que está com processo de contratação em andamento para atendimento de 35  
490 pessoas, no valor per capita de R\$1.162,50, cujo contrato também está em andamento. Foi apresentada  
491 a minuta de deliberação que aprova o valor de 1% de contrapartida das entidades acima mencionadas.  
492 **Parecer da comissão: Ciente e aprova a minuta de deliberação apresentada. Parecer do CEAS:**  
493 **Aprova o relato da comissão acompanhando o que já foi aprovado na comissão de**  
494 **Financiamento. 4.8. Panorama Renda Família Paranaense.** A UTPFP apresenta atualização do  
495 pagamento referente ao mês de agosto do Benefício Renda Família Paranaense. Foram beneficiadas  
496 100.123 famílias somando um valor total de R\$3.080.220,00. A técnica Paula salienta a importância da  
497 divulgação do benefício junto aos municípios, bem como reforça que as informações a respeito do mesmo  
498 estão disponíveis no site da SEDS. **Parecer da comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. 4.9.**  
499 **Panorama de pagamento do Incentivo Família Paranaense.** A UTPFP apresenta a atualização do  
500 panorama de pagamento sendo que, 93 municípios receberam o pagamento referente a primeira parcela,  
501 05 municípios não fizeram adesão ao Incentivo até o presente momento, 01 município falta encaminhar  
502 correção do Plano de Ação e 01 município está em tramitação para pagamento. **Parecer da comissão:**  
503 **Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. 4.10. Informe: Conferência da Pessoa Idosa.** A UTPFP informa  
504 que até o presente momento o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso não divulgou calendário de  
505 realização das Conferências Estadual e Nacional. O mesmo será repassado ao CEAS assim que for  
506 disponibilizado pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. **Parecer da comissão: Ciente. Parecer do**  
507 **CEAS: Ciente. \*Comissão de acompanhamento aos CMAS. 5.1 Plano de Acompanhamento do**  
508 **CEAS aos CMAS:** O Plano de Acompanhamento foi apresentado aos conselheiros e foi realizada a leitura  
509 das Metas e Ações constantes no Plano. Após apreciação da Comissão, os conselheiros da sociedade civil  
510 ressaltaram a importância da mobilização dos profissionais da Política de Assistência Social em suas  
511 regiões, bem como as estratégias de ações para fomentar o processo de reconstrução dos Fóruns  
512 Regionais. **Parecer da Comissão:** A Comissão incluiu mais uma ação no que se refere à realização de  
513 reuniões macroregionais da Comissão de Acompanhamento com os Conselhos Municipais de Assistência  
514 Social. No que se refere à estratégia para a criação de jornais semestrais do CEAS contendo as principais  
515 atividades e deliberações do Conselho, a Comissão entende que tal estratégia deve ser encaminhada à  
516 Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização do CEAS para a análise da proposta. **Parecer do**  
517 **CEAS: Ciente, bem como a necessidade da comissão de comunicação ponderar a elaboração de**  
518 **um boletim. 5.2 Panorama do Censo Conselhos 2012/2013:** A coordenadora e a técnica da Gestão  
519 do SUAS da SEDS, Tatiana Possa e Tatiani Macarini, apresentaram a versão preliminar do estudo técnico  
520 do Censo Conselhos 2012/2013. Foram identificadas diversas respostas dos CMAS incoerentes aos  
521 questionamentos do Censo. Desta forma, a Comissão continuará a análise para trazer na próxima reunião  
522 os tópicos que serão abordados, visando identificar as principais dificuldades encontradas nos CMAS com  
523 relação ao funcionamento e ao correto preenchimento do Instrumento. **Parecer da Comissão:** Neste  
524 primeiro momento, a Comissão de posse do estudo técnico preliminar irá fazer a análise do referido  
525 documento, no entanto, solicita justificativas dos municípios que não preencheram o Censo Conselhos  
526 2013, sendo eles: Bocaiuva do Sul, Guaraqueçaba, Iracema do Oeste, Manfrinópolis e São Jorge do Oeste.  
527 **Parecer do CEAS: Aprovado, devendo o documento preliminar ser encaminhado as coordenações**  
528 **técnicas da SEDS e aos conselheiros para sugestões com a recomendação de não divulgar quanto antes**  
529 **da validação final do CEAS. Inclusão de Pauta: Retorno dos municípios quanto ao**  
530 **funcionamento dos CMAS (acompanhamento solicitado pelo CNAS):** Na reunião do CEAS de  
531 Julho/2014 a Comissão deliberou pelo encaminhamento de solicitação de documentação dos municípios  
532 que apresentaram pendências no Censo Conselhos 2012, tendo em vista a solicitação do Conselho  
533 Nacional de Assistência Social – CNAS. Dos 13 municípios, apenas 5 retornaram dentro do prazo solicitado  
534 pelo CEAS/PR, sendo eles: Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Vera Cruz  
535 do Oeste sendo a análise da SEC/CEAS nas documentações: a) Jesuítas: O CMAS está em regular  
536 funcionamento. Delibera recursos para Entidades de Assistência Social. b) Vera Cruz do Oeste: O CMAS  
537 possui Regimento Interno. O CMAS não delibera recursos para as Entidades e não possui previsão para  
538 manutenção da referida Instância na LOA/2013. c) Ouro Verde do Oeste: O CMAS está em regular  
539 funcionamento. O Regimento Interno não está de acordo com a Lei de criação do CMAS. d) Marechal  
540 Cândido Rondon: O CMAS está em regular funcionamento. A Lei de criação do CMAS é de 1995. e)  
541 Palotina: O CMAS está em regular funcionamento. A Lei de Criação do CMAS foi atualizada em 2013. Os  
542 municípios de Tupãssi e Pato Bragado encaminharam as documentações fora do prazo estipulado pelo  
543 CEAS e pelo CNAS. **Parecer da Comissão:** Encaminhar as documentações de Tupãssi e Pato Bragado ao  
544 CNAS, mesmo fora do prazo. Caso os outros municípios também encaminhem essas documentações



545 posteriormente, a SEC/CEAS poderá encaminhá-las ao CNAS. Os municípios que foram constatadas as  
546 pendências, serão orientados à saná-las, com base nas legislações vigentes. **Parecer do CEAS:**  
547 **Aprovado. Inclusão de Pauta: Acompanhamento do CMAS de Marialva:** A Secretaria Executiva  
548 informou que o CMAS de Marialva não encaminhou as documentações solicitadas. **Parecer da Comissão:**  
549 Considerando que o CMAS não encaminhou as documentações solicitadas que pudessem comprovar o  
550 funcionamento do CMAS, o CEAS solicitará ao Escritório Regional de referência uma visita de  
551 monitoramento, com o envio do Relatório de visita e das documentações do Conselho solicitadas por meio  
552 do Ofício nº161/2014 CEAS/PR. **Parecer do CEAS: Aprovado, devendo o ER solicitar a participação**  
553 **do conselheiro da região na visita de monitoramento. Indicações de Conselheiros:** \*Comissão de  
554 credenciamento para avaliação das Entidades interessadas em realizarem serviços de acolhimento  
555 institucional. Indicados os Conselheiros governamentais Marli Mussulini (SETS-Titular) e Noemi  
556 Brittes(SES- Suplente). **Sociedade Civil** – Conselheiros Denis Musial(CRESS – Regional de Irati-**Titular**)  
557 e Teresinha Maria Wolf(Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná – Regional de Paranaíba- Suplente).  
558 **\*Reunião do FONACEAS** a ser realizadas de 02 a 05 de setembro em Salvador-Bahia. **Conselheiros**  
559 **indicados** – Inês Roseli (APAE), Tatiana Possa Schafachek (SEDS), Denis Musial (CRESS-Regional de  
560 Irati), Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez. **\*Comissão Estadual Interinstitucional de**  
561 **Convivência Familiar e Comunitária. - Conselheiros Titulares:** Inês Roseli (APAE) e Marli Mussulini  
562 (SETS) – **Conselheiros Suplentes** – Paulo Silvério Pereira (APAE de Ibiporã – Suplente) Leandro Nunes  
563 Meller (SEDS- Suplente). **\*Reunião Regional do CNAS.** O evento será realizado no Rio de Janeiro, nos  
564 dias 17 e 18 de setembro/2014. **Participantes** – Conselheiros Artur Andrade (Nasa-Foz), Dionéia Maciel  
565 (CRESS- Regional de Guarapuava) – Inês Roseli Tonello (APAE de Francisco Beltrão, Lindalane Casas  
566 (COHAPAR), Hamilton Kovalski (SEDS), Leandro Meller (SEDS), Secretária Executiva Helena Navarro  
567 Gimenez. **\*Reunião Trimestral** – Indicação Conselheiros Leandro Meller, Denis Musial Presidente e Vice-  
568 Presidente, respectivamente e mais a Secretária Executiva Helena n. Gimenez. **\*Reunião com o CMDCA**  
569 **de Irati. Presenças:-** Leandro e Claudia Foltram (Coordenadora de Medidas Sócio Educativas). O  
570 Presidente do CEAS solitiou alteração de data da próxima reunião do CEAS/PR para os dias 10 e 11 de  
571 setembro, com alteração no calendário, alteração aprovada. Já no término dessa Assembleia, retomou-se  
572 a inclusão de pauta solicitada pelo **Conselheiro Artur Andrade**(NASA de Foz do Iguacu), no que se  
573 refere à periodicidade das reuniões do CEAS/PR. Esses assunto foi esclarecido pelo **Presidente Leandro**  
574 **Meller** (Assessoria Técnica/SEDS): “ A Lei de Criação do CEAS/PR( Lei Estadual nº11.362, de 12 de  
575 abril/1996) preconiza que suas Assembleias deverão ser bimestrais, porém o Regimento Interno em seu  
576 **Art. 23** autoriza que o Conselho reunir-se à **mensalmente**. Por outro lado, o calendário anual que dispõe  
577 sobre as reuniões mensais durante o ano, foi discutido e **aprovado** em plenária. Dessa forma, se esse  
578 Colegiado está mantendo a realização de Assembleias **mensais**, na verdade está garantindo a sua  
579 sistemática de trabalho além do que a própria Lei determina. A presente ata foi gravada e redigida por  
580 Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada e formatada por Lucas Calisto, sendo a Secretária  
581 Executiva Helena Navarro Gimenez.